

Institutos Federais, Serviço Social e Formação Humana: Diálogos possíveis no debate da América do Sul

Fillipe Perantoni

fillipe.perantoni@ifmg.edu.br

Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG)

Brasil

Resumo: A partir da expansão da política de educação técnica brasileira, que se iniciou nos anos 2000, diversas problematizações surgiram na interlocução com o campo do conhecimento crítico. Quais seriam os limites e possibilidades no intuito de garantir uma perspectiva de formação humana nessas instituições? Considerando a relação entre educação e trabalho, não seriam, os IF's (Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia), espaços fundamentais na construção de direções políticas críticas no bojo da conjuntura de flexibilização/precarização do mundo do trabalho? Para além dessas questões, a intervenção de alguns profissionais, até então distantes tradicionalmente da área da educação, surge como um elemento novo na organização dos trabalhadores, como médicos, dentistas, enfermeiros, psicólogos e assistentes sociais. Nosso objetivo é contribuir nessa discussão e dialogar com a política de educação técnica nos países da América do Sul.

Palavras-chave: 1. Educação; 2. Trabalho; 3. Serviço Social

Abstract: From the expansion of the Brazilian technical education policy, which began in the 2000s, several problematizations arose in the dialogue with the field of critical knowledge. What are the limits and possibilities in order to guarantee a human training perspective in these institutions? Considering the relationship between education and work, would not the FIs (Federal Institutes of Education, Science and Technology) be key spaces in the construction of critical political directions within the context of the flexibilization / precarization of the world of work? In addition to these issues, the intervention of some professionals, traditionally distant from the field of education, emerges as a new element in the organization of workers, such as doctors, dentists, nurses, psychologists and social workers. Our objective is to contribute to this discussion and to dialogue with the technical education policy in the countries of South America.

Keywords: 1. Education; 2. Work; 3. Social Work

INTRODUÇÃO

O desafio de relacionar áreas como Educação, Trabalho e Serviço Social movem esta contribuição. Como resultado preliminar desta inserção acadêmica, tentamos apontar quatro elementos fundantes no debate:

1) Com ápice entre os anos 2008 e 2014, o ensino técnico federal viveu profunda transformação. Com alto investimento, foram criados 38 Institutos Federais de Educação, com cerca de 570 unidades em todo país (BRASIL, 2016). A proposta de aliar ensino médio e formação de mão-de-obra técnica para o trabalho, consegue alinhar, no campo da educação, reflexões sobre as protoformas do trabalho humano. Com a possibilidade de pensar a intervenção do homem junto à capacidade de responder às suas necessidades ante a natureza, abre-se um campo fértil para o debate sobre a formação humana, radicalmente dissociada ao *senso comum* da formação mercadológica difundida hoje.

2) Outra ponderação, seria acerca da possibilidade de se debater as profundas contradições inerentes ao mundo do trabalho nos marcos do capitalismo contemporâneo e sua crise estrutural. Junto à formação profissional, as evidências da barbárie trabalhista ficam mais evidentes, assim como as possibilidades de problematizações.

3) No que diz respeito aos profissionais que conformam a diversificada categoria dos profissionais de educação dos IF's, vamos, de forma bem superficial, apontar a função pedagógica dos Assistentes Sociais, categoria escolhida, dentre tantas outras, para analisar sua intervenção junta a discentes, docentes e as políticas de ensino/pesquisa/extensão. É possível ter um profissional envolvido com o universo da formação humana ou essa intervenção deve ser sempre fragmentada e setorializada? Quais as interfaces dessa intervenção a partir da Assistência Estudantil? São essas questões que tentaremos explorar.

4) Por fim, qual a realidade dos países da América do Sul quando pensamos em educação técnica? A equipe de trabalhadores da educação agrega mais profissionais ou apenas os mais tradicionais? Quanto a organização das categorias? Quais os maiores desafios?

O esforço acadêmico, neste trabalho, é o de contribuir para as reflexões, já em curso, sobre este temário.

1. A constituição do ensino técnico profissional no Brasil

No auge dos seus 108 anos de existência¹, completos em 2017, a Rede Federal de Educação Profissional talvez viva um de seus piores momentos desde sua criação. Se, por um lado, os últimos anos foram de expansão massiva dos Institutos Federais (IF's)², os sucessivos cortes, advindos do atual Governo Federal, preocupam quem defende que a educação deve ser totalmente pública, gratuita e de qualidade.

Para compreendermos os processos históricos que marcaram o desenvolvimento da Rede, nos fundamentamos nas reflexões de Arcary (2015). Para este autor, professor de história do Instituto Federal de São Paulo (IFSP), foram cinco momentos importantes para entendermos a atual configuração dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia:

Durante os anos de 1968 a 1988, apesar do amplo favorecimento por parte dos governos militares do SENAI, SENAC e escolas privadas de formação profissional, as Escolas técnicas ainda detinham o melhor ensino público de segundo grau no país. Como haviam rigorosos critérios de seleção e ingresso, a inserção profissional após a conclusão do curso, ou mesmo a entrada nas Universidades Públicas posteriormente eram realidades. Este período se caracterizou, principalmente nos dez primeiros anos, pelas restrições no campo das organizações das categorias que vivenciavam a educação, proibição da organização sindical dos servidores, repressão brutal a alunos e o alinhamento da gestão escolas com os ditadores. Todavia, as remunerações dos profissionais eram melhores dos que estavam na demais esferas públicas (município e estado) e também na rede privada.

De 1988 a 1996, findada a ditadura civil-militar brasileira, e, principalmente, com a aprovação da Constituição de 1988, elementos importantes mudam o panorama da Rede. A contratação de professores passa a ser por concurso público e não mais por processo seletivo interno, o que sempre era conduzido de maneira a favorecer determinados grupos mais próximos do regime governamental. Apesar disso, foram abertas poucas vagas para concursos, a princípio, somente para a reposição dos

¹ Em 1909, o então presidente Nilo Peçanha assinou, em 23 de setembro, o Decreto n. 7.566, criando, nas capitais dos estados, as Escolas de Aprendizes Artífices. Esse fato marcou o início das ações do governo federal voltadas para a Educação Profissional (EP). Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em 04 de dez. 2017

² Expansão progressista, porém ainda insuficiente, conforme nos traz Arcary (2015).

aposentados. Outro fator importante foi a possibilidade dos Diretores serem escolhidos por eleições diretas da comunidade acadêmica. No aspecto da carreira docente, foi um período marcado pelo congelamento salarial. Acerca da organização sindical, foi nesse momento que os servidores puderam constituir um sindicato único, representante dos docentes e técnicos-administrativos, algo único no campo da educação brasileira. Para os estudantes, no âmbito do ensino, mesmo com todas as dificuldades os bons resultados na formação permaneceram, o que acarretava amplo reconhecimento público. No aspecto da militância política, os Grêmios Estudantis se tornam referência da luta secundarista no país.

De 1996 a 2003, houve um dos principais movimentos da Rede, com o PROEP (Programa de Expansão da Educação Profissional), sendo o resultado de um acordo de empréstimo, em 1997, entre o Ministério da Educação e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Segundo Arcary (2015, p. 4), “o BID emprestou metade dos recursos do Programa, no valor de US\$250 milhões” e o objetivo do programa era adensar o neoliberalismo em curso, buscando separar ensino médio e educação profissional. Ainda segundo Arcary (2015, p. 4-5), “as APM’s (Associações de Pais e Mestres) foram estimuladas a funcionar como Fundações, para conseguir fontes alternativas de financiamento, procurando contratos e parcerias com o setor privado ou público de outras esferas”. Foi um período marcado por greves e resistências, sendo movimentos praticamente anuais. Além dos cursos de tecnologias, nesse período abriu-se para a implantação das licenciaturas (2000/2001).

Entre os anos de 2003 e 2008, mesmo sob o governo do PT, fica-se nítida a ausência de projeto para a Rede. Porém, a partir de um compromisso de Lula com o Sinasefe, restaura-se o ensino integrado, com formação do ensino médio e profissional. Nesse período, através de amplas mobilizações, conquistam-se Planos de Carreira, para professores e técnicos-administrativos.

A partir de 2008, mais precisamente, até 2014, tem-se um dos principais momentos da Rede. Com a transformação das escolas técnicas em Institutos Federais³, segundo Arcary (2015, p. 5), “o MEC afirma ter investido, durante a gestão de Fernando Haddad e Aloisio Mercadante mais de R\$ 3,3 bilhões, entre os anos de 2011 e 2014, na expansão da educação profissional”. No site da Secretaria de Educação Profissional e

³ Em 29 de dezembro de 2008, por meio da Lei nº 11.892, criam-se os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) Com essa Lei, praticamente todas as instituições federais de Educação profissional e Tecnológica (EPT) passaram a se constituir em IFs e, assim, pertencer à RFEPT.

Tecnológica (SETEC/MEC), afirma-se que existem hoje 644 campi em funcionamento no país, num total de 38 IF's, presentes em todos os estados, atendendo 568 municípios brasileiros. Foi uma expansão quantitativa, mas também qualitativa. As modalidades de ensino variam entre: ensino médio integrado, cursos superiores de tecnologia, licenciaturas, engenharias e arquitetura, os cursos de EJA (Educação de Jovens e Adultos), pós-graduações (especializações, mestrado e doutorado), EAD (Ensino à Distância) e o PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego).

No cenário atual, e talvez seja o pior na história da Rede, segundo dados do SINASEFE Seção IFMG⁴, o orçamento do ensino superior caiu de R\$13 bilhões em 2015, para R\$5,9 bilhões nos anos 2017-2018. O orçamento da educação básica, que em 2015 era de R\$7,4 bi, em 2016 de R\$6,1 bi, para os anos 2017-2018 está previsto orçamento de R\$3,5 bi. O investimento em ciência, tecnologia e inovação também caiu drasticamente. Se em 2015 era R\$5,8 bi, para os anos 2017-2018 passou para R\$1,3 bi. Por fim, mas não menos importante, a educação tecnológica. De R\$7,9 bi, o orçamento caiu para R\$2,8 bi, justamente no período da maior expansão da história da Rede.

À luz desse panorama, não resta dúvidas que a intenção do (des) governo Temer é precarizar profundamente os Institutos Federais, implementando fielmente o projeto neoliberal de diminuição dos investimentos públicos em priorização do mercado.

2. Educação e Trabalho

Considerando esta perspectiva, acreditamos que os IF's se mostram locais privilegiados para construir campos de discussão sobre mercado de trabalho (considerando o ensino profissionalizante) e, fundamentalmente, reflexões sobre as protoformas do trabalho humano por um viés crítico, distinto do senso comum mercadológico encontrado nos demais centros profissionalizantes, sobretudo os da iniciativa privada.

Na relação entre Trabalho e Educação, nos apoiamos, fundamentalmente, na escola russa, a partir da contribuição de Pistrak.

⁴ Disponível em: <<http://sinasefeifmg.com.br/wordpress/2017/11/09/veja-como-sera-a-mobilizacao-nesta-sexta-feira-nos-campi-do-ifmg/>> Acesso em 04 de dez. 2017

Para este autor, “a antiga atitude contemplativa adotada para estudar as ciências naturais deve ser superada” (PISTRAK, 2011, p. 27), ou seja, os alunos devem, não só estudar a realidade, mas entranhá-la ao máximo.

Sobre trabalho e ciência, para Pistrak:

Nossa escola deve liquidar essa separação. O trabalho é um elemento integrante da relação da escola com a realidade atual, e neste nível há fusão completa entre ensino e educação. Não se trata de estabelecer uma relação mecânica entre o trabalho e a ciência, mas, sim, de torna-los duas partes orgânicas da vida escolar. (PISTRAK, 2011, p. 41)

A proposta seria estabelecer a aproximação dos elementos da realidade para que isso fosse apropriado no interior da escola. Essa aproximação, necessariamente, deveria conter o estudo do trabalho humano.

Nesse sentido,

[...] não se trata de estudar qualquer tipo de trabalho humano, qualquer tipo de dispêndio de energias musculares e nervosas, mas de estudar apenas o trabalho socialmente útil, que determina as relações sociais dos seres humanos. Em outras palavras, trata-se aqui do valor social do trabalho, como já foi referido, isto é, da base sobre a qual se edificam a vida e o desenvolvimento da sociedade. (PISTRAK, 2011, p. 41)

E partindo dessa premissa, a fábrica, principal receptora da mão de obra que advém de um ensino técnico, deve ser analisada “como um fenômeno típico da realidade atual, tornando-a em suas relações amplas e complexas com a vida ambiente” (PISTRAK, 2011, p.62). Assim, a fábrica não seria um fenômeno isolado, algo sem interesse para a escola, mas como:

[...] um núcleo onde se concentra toda a realidade atual considerada em suas principais manifestações; como o nó de inumeráveis fios, articulando fenômenos isolados; como a encruzilhada de numerosas estradas; como um grande pórtico para o mundo. (PISTRAK, 2011, p. 62)

Os elementos do trabalho, sem dúvida, poderiam suscitar reflexões fundamentais. Segundo o russo,

[...] o estudo da máquina-ferramenta levanta uma série de questões econômicas, sem falar da técnica, que, afinal de contas, se baseia na física, na mecânica, nas matemáticas e na química. E isso nos leva às questões relativas à fabricação das máquinas-ferramentas, às matérias-primas, à sua produção, à extração e ao trabalho dos metais; ao problema da luta mundial que se trava pelo controle dessas matérias-primas, que se combina com a outra luta pelas fontes de energia, constituindo o nó cardeal da realidade atual conforme definição anterior. Atingimos aqui o fundamento da luta imperialista. Entretanto, a questão das máquinas-ferramentas nos leva à

análise do problema principal e vital da nossa indústria, isto é, a elevação do rendimento do trabalho e toda uma série de variadas questões que se ligam a isto, assim como o estudo dos meios para sua realização. Surgem mais tarde as questões relativas ao produto fabricado, à sua venda, ao consumo, aos mercados, ao comércio, à cooperação [...] (PISTRAK, 2011, p. 63)

Outro elemento vivenciado na relação escola x fábrica é a própria vida do operário. Relações diversas, como: salário, sindicalismo, história de vida, sua relação com outros movimentos sociais, partidos políticos, opressões, etc.

A respeito disso, segundo Pistrak:

[...] analisamos apenas uma parte muito restrita das relações existentes entre a fábrica e a vida. Toda a realidade atual desemboca na fábrica. É preciso imaginar a fábrica como o centro de uma ampla e sólida teia de aranha, de onde partem inumeráveis fios ligados entre si de maneira a formar os nós múltiplos da vida. Esta teia é o esqueleto, a armadura de toda a realidade atual, o objetivo central da atenção de nossa escola. A atitude da escola em relação à fábrica deriva dessa forma de analisar a própria fábrica: a escola não estudará apenas a fábrica; consideramos que o trabalho principal da escola é tornar compreensíveis ao aluno todos os nós e todos os fios que ligam à fábrica. (PISTRAK, 2011, p. 64)

Dessa forma, tem-se a principal síntese entre trabalho e ciência, advinda da educação no trabalho.

Por meio desse trabalho pedagógico, no âmago da formação profissional, acreditamos ser possível construir concepções contra hegemônicas ante os brutais ataques desferidos do Capital ao mundo do trabalho.

No Brasil, apontamos as recentes contrarreformas propostas pelo (des) governo de Michel Temer, como a Trabalhista e da Previdência⁵.

Fundamentado nessa reflexão, de que, pela relação educação e trabalho, os Institutos Federais são espaços privilegiados de construção de resistência, vamos apontar algumas possibilidades na atuação profissional do Assistente Social.

⁵ Maiores informações no artigo “Reformas do Governo Temer deixam claro o divórcio entre Capitalismo e Democracia”. Disponível em: < <http://justificando.cartacapital.com.br/2017/07/10/reformas-do-governo-temer-deixam-claro-o-divorcio-entre-capitalismo-e-democracia/> > Acesso em 04 de dez. 2017

3. Serviço Social nos IF's

Apesar da inserção do Assistente Social na área da educação ter ocorrido nos primórdios da profissão, na década de 1930, é na década de 1990, com a consolidação do Projeto Ético-Político profissional, que há uma verdadeira expansão desse espaço sócio ocupacional para o Serviço Social⁶.

Na educação técnica, assim como destacamos anteriormente, foi com o aumento de investimentos e, conseqüentemente, expansão da rede, que possibilitou a abertura de concursos em larga escala para áreas até então não tão vinculadas à educação, como Enfermagem, Medicina, Odontologia, Técnicos em Saúde⁷, Psicologia e Serviço Social.

Outro elemento importante nessa abertura de vagas é a constituição do Programa Nacional de Assistência Estudantil⁸, que, com aspectos bastante progressistas, tem como princípios:

I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação. (PNAES, 2007)

Apesar de ser um *programa*⁹, deve-se destacar a importância desta ação, sobretudo pelo quantitativo de recursos investidos e importância das proposições. Para além dos objetivos já apontados, o PNAES descreve as áreas em que suas intervenções devem ocorrer:

I - moradia estudantil; II - alimentação; III - transporte; IV - atenção à saúde; V - inclusão digital; VI - cultura; VII - esporte; VIII - creche; IX - apoio pedagógico; e X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. (PNAES, 2007)

⁶ Maiores informações no documento elaborado pelo Conselho Federal de Serviço Social: “Subsídios para o Debate sobre Serviço Social na Educação”. Disponível em: < <http://www.cfess.org.br/js/library/pdfjs/web/viewer.html?pdf=/arquivos/subsidios-servico-social-na-educacao.pdf> > Acesso em 04 de dez. 2017

⁷ Nos referimos aqui aos Técnicos em enfermagem e odontologia.

⁸ DECRETO Nº 7.234, DE 19 DE JULHO DE 2010.

⁹ Sabemos que a condição de programa, diferentemente de uma política, deixa a proposta bastante frágil no que diz respeito a força política e possibilidade de extinção. Por isso, todo um coletivo de movimentos sociais e profissionais da área, reivindicam veementemente que o PNAES se transforme em uma Política Nacional de Assistência Estudantil.

Com o direcionamento das áreas, alguns profissionais passam a assumir protagonismos importantes nas Instituições Federais de Ensino.

Especificamente acerca do Assistente Social, tem-se um campo privilegiado para a construção de projetos contra hegemônicos, cabendo ao profissional a,

[...] necessidade de construir mediações políticas e ideológicas expressas sobretudo por ações de resistência e de alianças estratégicas no jogo da política em suas múltiplas dimensões, por dentro dos espaços institucionais e especialmente no contexto das lutas sociais. (YAZBEK, 2014, p. 686)

APONTAMENTOS (IN) CONCLUSIVOS

Considerando os apontamentos que trouxemos, ainda inconclusivos, sobretudo no aspecto da aproximação com as equipes interdisciplinares de educadores da América do Sul¹⁰, é possível destacar o potencial transformador que o Assistente Social, conjuntamente com os novos profissionais de educação, ingressantes nas Instituições Federais de Ensino, possuem. Todavia, é extremamente necessário que se construam projetos políticos profissionais coletivos e orientados numa perspectiva contra hegemônica, na resistência aos ataques que a classe trabalhadora vem enfrentando.

Especificamente sobre a intervenção nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF's), a possibilidade de trabalhar a relação entre Educação e Trabalho, abre horizontes muito interessantes para que se trabalhe a condição dos trabalhadores do país hoje.

Oportunizar que seja vivenciado por estudantes de ensino médio o cotidiano da classe operária, permite apontar todas as contradições das recentes transformações no mundo do trabalho, o que pode proporcionar uma mudança cultural e, conseqüentemente, muito mais profunda na juventude.

Acreditamos que somente construindo projetos coletivos com a juventude é que será possível alcançar mudanças estruturais em nossa sociedade.

¹⁰ Esperamos fazer essa aproximação no XXXI ALAS 2017.

BIBLIOGRAFIA

ARCARY, V. Uma nota sobre os Institutos Federais em perspectiva histórica. Disponível em: < <https://blog.esquerdaonline.com/?p=4930> > Acesso em 04 dez. 2017.

BRASIL. Portaria Normativa n. 39, de 12 de dezembro de 2007. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil — PNAES. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf.> Acesso em: 04 dez. 2017.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Expansão da Rede Federal. Brasília-DF, 2016. Disponível em: <<http://institutofederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal>> Acesso em: 26 jun. 2016.

PISTRAK, M. M. Fundamentos da Escola do Trabalho. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PERANTONI, F. Serviço Social e Perfis Pedagógicos: elementos para uma análise crítica. In: Anais do III Congresso Mineiro de Assistentes Sociais: Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <<http://www.cress-mg.org.br/arquivos/simposio/SERVI%C3%87O%20SOCIAL%20E%20PERFIS%20PEDAG%C3%93GICOS%20ELEMENTOS%20PARA%20UMA%20AN%C3%81LISE%20CR%C3%8DTICA.pdf>> Acesso em 04 dez. 2017

PAULA, L. G. P. Estratégias e Táticas: reflexões no campo do Serviço Social. Rio de Janeiro: Lumenjuris, 2016.

SOUZA, F. C.; SILVA, S. H. Institutos Federais: expansão, perspectivas e desafios. In: Revista Ensino Interdisciplinar, v. 2, nº. 05, UERN, Mossoró, RN, Julho/2016.

YAZBEK, M. C. A dimensão política do trabalho do Assistente Social. In: Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 120, p. 677-693, out./dez. 2014. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n120/05.pdf> > Acesso em: 04 dez. 2017